

## **INTERPRETAÇÕES DO BRASIL, PENSAMENTO SOCIAL E CULTURA POLÍTICA: TÓPICOS DE UMA NECESSÁRIA AGENDA DE INVESTIGAÇÃO**

André BOTELHO<sup>1</sup>  
Milton LAHUERTA<sup>2</sup>

O bem sucedido processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, iniciado com sua implantação como cursos universitários na década de 1930 (MICELI, 1995, 2001), mas cujos principais resultados, em termos de produção de conhecimento, começaram a surgir apenas em torno da década de 1950 não raro levou a minimização da relevância da tradição intelectual anterior genericamente identificada como “pensamento social e político”. É claro que mesmo a geração pioneira da institucionalização soube reconhecer, ainda que de modo extremamente seletivo e desigual, o papel das gerações anteriores, sobretudo a dos ensaístas dos anos 1920-1930, no processo de formação das ciências sociais no Brasil (CANDIDO, 1957; RAMOS, 1961; FERNANDES, 1980). No entanto, como se tratava de demarcar um “campo científico”, o próprio desenvolvimento das ciências sociais foi pensado, em termos gerais, a partir de uma polarização mais ou menos disjuntiva entre o caráter “científico” das Ciências Sociais e o “pré-científico” do pensamento social e político.

“Pré-científico” o pensamento social e político certamente é em termos históricos, mas esse adjetivo pretendia mais: como em qualquer contexto de institucionalização da ciência, pré-científico tornava-se praticamente sinônimo de conhecimento não-válido. Nesse sentido, a visão disjuntiva desde então predominante sobre essas diferentes modalidades de conhecimento da sociedade não deixa de ser emblemática do próprio

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) (Docente, Bolsista ProDoc CAPES) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio de Janeiro – 20051-070 – Rio de Janeiro-RJ. E-mail: andrebotelho@digirotas.com.br.

<sup>2</sup> Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras-UNESP – Araraquara-SP – 14800-901. E-mail: lahuerta@fclar.unesp.br.

sentido cognitivo do processo de institucionalização que, sob influxo das Ciências Sociais européias e norte-americanas, sobretudo estas, procurou erigir a pesquisa empírica como o padrão hegemônico do trabalho científico também no Brasil (VIANNA, 1997). Dessa perspectiva, se a modalidade de produção intelectual brasileira característica do período pré-institucional não pôde ser identificada a uma “filosofia da história” – como havia ocorrido particularmente nos países europeus exportadores do novo padrão cognitivo das Ciências Sociais – a ela associou-se de modo definitivo a qualificação de “interpretações do Brasil”. Designação que, nesse primeiro sentido, procura acentuar a discrepância entre um padrão cognitivo “interpretativo” da sociedade, no limite aparentado à literatura de ficção que desde o romantismo havia assumido a tarefa de decifrar/cifrar a “realidade” brasileira, do caráter “explicativo” como objetivo último e possibilidade efetiva garantida pela adoção de um novo padrão cognitivo. Ainda hoje quando se fala em “interpretações” ou “intérpretes” do Brasil para se referir aos ensaios e ensaístas atualiza-se, num certo sentido, essa perspectiva positivista original presente no processo de institucionalização das Ciências Sociais.

Não se trata, certamente, de minimizar as mudanças significativas envolvidas na passagem de uma modalidade de trabalho intelectual à outra. Mudanças que ocorreram não apenas em termos da produção, organização e circulação do conhecimento sociológico, mas que tiveram também forte impacto na dimensão epistemológica propriamente dita. Atualmente, contudo, a idéia de que o pensamento social seja “pré-científico” no sentido que os pioneiros davam à expressão só se sustenta negligenciando a discussão proposta pela sociologia pós-positivista, quer seja para aceitá-la ou rejeitá-la. Esta tem insistido que análises científicas não se baseiam exclusivamente em “evidências empíricas”, bem como a ausência endêmica de “consenso” no interior das Ciências Sociais quanto a aspectos empíricos e não-empíricos torna o “discurso” um elemento nada desprezível na sua prática (ALEXANDER, 1999). O que não significa impossibilidade de produção de conhecimento “[...] objetivo [mas] apenas que as condições das ciências sociais tornam altamente improvável o consenso sobre a natureza exata do conhecimento empírico – para não falar do consenso sobre leis explicativas.” (ALEXANDER, 1999, p. 36). Nesse sentido, numa comparação entre diferentes modalidades de trabalho intelectual, a polarização entre “interpretação” e “pesquisa empírica” deve inscrever-se através do objeto, e não do ponto de vista analítico. Quer dizer, é imprescindível reconhecê-la como estratégia fundamental que animou a institucionalização das Ciências Sociais e que se traduziu sem dúvida em

novas e consistentes frentes de conhecimento da sociedade, mas não se pode substantivá-la hoje como fizeram os pioneiros da disciplina.

Há um segundo sentido envolvido na designação “interpretações do Brasil” que acentua o caráter social e politicamente interessado e, portanto, valorativo, do pensamento social e político. Esse procedimento intelectual esteve muito presente em nossa tradição sociológica e, por isso mesmo, se estabeleceu um consenso, que ultrapassou os muros da universidade, centrado na idéia de que essas formas pretéritas que interpretaram o país, não tiveram nenhum significado mais profundo para a história da sociedade brasileira e foram desqualificadas como mera ideologia<sup>3</sup>.

Além dos alegados limites cognitivos na explicação racional e sistemática da sociedade, o que se coloca em jogo, dessa perspectiva, é também que toda “interpretação” sempre procura conferir algum significado e motivação à própria ação. Mas também nesse aspecto, todavia, torna-se difícil operar atualmente com uma noção positivista de isenção ou neutralidade do conhecimento sociológico, não simplesmente tendo em vista os seus portadores sociais, mesmo enquanto “especialistas rigorosos”, mas, sobretudo, o próprio caráter reflexivo do conhecimento sociológico. Noutras palavras, a ênfase no debate sobre as diferentes concepções mais ou menos voluntaristas acerca do papel social dos cientistas sociais nem sempre favoreceu o reconhecimento da própria particularidade da relação das Ciências Sociais com seu objeto. Particularidade referida ao fato de que as formas de conhecimento sobre o social têm conseqüências práticas para a sociedade, ou ainda, que as práticas sociais são afetadas pelo constante reexame a que são submetidas a partir das informações produzidas sobre elas. Essa relação, como observa Giddens (1991), é marcada por uma “hermenêutica dupla”, na medida em que tanto o desenvolvimento da teoria social e política é influenciado pelas noções produzidas pelos agentes sociais, quanto as “[...] noções cunhadas nas metalinguagens das Ciências Sociais retornam rotineiramente ao universo das ações onde foram inicialmente formuladas para descrevê-lo ou explicá-lo.” (GIDDENS, 1991, p. 24).

Mais uma vez, no entanto, não se trata de negar que a produção de conhecimento cientificamente orientada possa produzir resultados “objetivos” e “cumulativos”. Mas antes de reconhecer que inexistem condições para atingir-se um consenso ao modo positivista, uma vez que as teorias sociológicas “[...] são construções que dependem de compromissos políticos e existenciais, de tradições de pensamento e escolhas de

<sup>3</sup> Dois trabalhos são expressivos desse modo de pensar. Os já clássicos *O caráter nacional brasileiro* de Dante Moreira Leite (1976) e *Ideologia da cultura brasileira*, de Carlos Guilherme Mota (1980).

prioridades, de objetos e objetivos.” (DOMINGUES, 2004, p. 97). Nesse sentido, mais importante (para os nossos propósitos) é reconhecer que não apenas o pensamento social e político “interpreta” o Brasil, como também o fazem as próprias pesquisas acadêmicas contemporâneas e do passado recente. E tenham estas pesquisas clareza ou não, retomam em geral – direta ou indiretamente e com continuidades e descontinuidades que apenas uma pesquisa comparativa sistemática pode identificar – proposições centrais do próprio pensamento social e político (BRANDÃO, 2005).

Outra dimensão que deve merecer atenção especial diz respeito ao profundo menosprezo que se desenvolveu ao longo da segunda metade do século XX por determinadas tradições intelectuais. Isso é válido não apenas para as formas de pensamento que foram consideradas como compondo de alguma maneira o “pensamento conservador”, o pensamento autoritário da Primeira República e aquelas formulações anódinas chamadas de “sorriso da sociedade”; mas também quando observamos o tratamento em geral reservado pela sociologia “científica”, elaborada em especial na Universidade de São Paulo, ao “nacionalismo”, ao “desenvolvimentismo” e ao assim chamado “populismo”. De tal forma que em vários momentos da história intelectual do país ocorreu uma espécie de “apagamento” dessas tradições, levando a que se negligenciasse a vigência dessas formas de pensar no âmbito da cultura política.

Há aí uma questão crucial, já que se menosprezam aqueles modos de pensar, aqueles valores, que de fato contribuíram para mover a sociedade brasileira em determinadas direções. Essa dimensão deve interessar aqueles que estão voltados para o estudo dos efeitos sociais das idéias, porque ela é fundamental para se compreender como se constitui no Brasil uma cultura política que, como no caso do pensamento conservador, não apenas mostra-se avessa ao pensamento sistemático e é afeita a improvisações, mas também menospreza a monumental desigualdade que marca a sua sociedade. E, sobretudo, porque avessa à democracia, não acredita na ação coletiva e favorece a que o homem comum não leve a sério os seus iguais. A preocupação de revelar o caráter ideológico presente em tais proposições levou a que se considerassem as ações inspiradas nelas como não relevantes, pois expressivas de uma “falsa consciência”. Essa postura foi muito presente em nosso ambiente intelectual entre as décadas de 1970 a 1990, e gerou toda uma linhagem de interpretações preocupada em revelar a “falsidade” do pensamento dominante, no sentido de denunciar sua responsabilidade pela marginalização política das massas no Brasil (LAHUERTA, 1999, 2001).

A questão, que essas colocações suscitam, nos remete à necessidade de compreender de que maneira, no âmbito do senso comum, as idéias desses pensadores desconsiderados como conservadores ou autoritários se imbricaram com as ações ordinárias do homem comum e consolidaram, ao longo do tempo, um modo de pensar o país que se tornou hegemônico. Não é suficiente, portanto, mostrar a debilidade conceitual ou a falta de rigor de determinados autores para se fazer a crítica do pensamento conservador ou autoritário, pois este pensamento está em grande medida consolidado como cultura política. É evidente que não houve uma opção ou uma decisão por parte da maioria dos brasileiros em aceitar essas formas de pensar; elas não são expressões de uma adesão a uma teoria, ou adesão a uma doutrina. Elas resultam, antes, da imersão desses indivíduos em uma cotidianidade que mesmo fragmentada tem sido muitas vezes totalizada através da reafirmação permanente de vários pensadores do que é o povo, do que é a nação brasileira.

Há entre essas idéias um núcleo básico rico e denso, e até comum a várias formas de pensar o Brasil, e que dá sentido ao que é o “pensamento” por um lado, e o que é essa vida cotidiana sem “pensamento”. O núcleo básico é constituído por aquelas opiniões e crenças, por aquelas formas de pensar que são compartilhadas por uma cultura. Em todas as sociedades há uma variedade de visões de mundo, totalmente diferenciadas, refletindo a diversidade das situações humanas, incorporando elementos de muitas ideologias e procedimentos de diversas origens. E não se pode perder de vista que há uma interseção entre todas essas dimensões. A questão é compreender de que modo essa interseção entre várias visões de mundo, vários “pensamentos”, se realiza. É por isso que Gramsci (1999) vai dizer que a filosofia de uma época histórica não é a filosofia deste ou daquele filósofo, deste ou daquele grupo de intelectuais, deste ou daquele setor das massas populares, é a combinação de todos esses elementos, que culminam em uma determinada direção, cuja constituição engendra normas de ação coletiva.

Essas são questões cruciais repostas no desenvolvimento da sociedade brasileira, cujos equacionamentos expressam não apenas uma “interpretação do Brasil”, e que esta opera tanto no sentido cognitivo da compreensão das relações sociais, quanto no sentido normativo delimitando posições mais ou menos definidas nas disputas de poder travadas no âmbito da sociedade; como, sobretudo, o caráter concorrente e conflituoso entre diferentes “interpretações do Brasil”. Por isso, é necessário levar a sério a proposição segundo a qual o “diálogo entre as diferentes interpretações” é ele mesmo “componente fundamental da busca de explicações sobre o Brasil” (BASTOS, 2002, p. 184).

E o empenho em “interpretar o Brasil”, de fato, persiste mesmo quando o desafio, assumido de modo inovador e consistente pelas Ciências Sociais brasileiras contemporâneas, é investigar as interpretações clássicas ou as mais rotinizadoras do pensamento social e político para demonstrar sua inteligibilidade histórica, cognitiva ou normativa. Nesse sentido, o reconhecimento de que a busca de compreensão da sociedade e a vontade de intervir nos rumos de seu desenvolvimento permanecem em pauta, deve nos alertar para o fato de que também as análises acadêmicas contemporâneas da tradição intelectual brasileira compreendem uma “política de interpretação das interpretações do Brasil”; isto é, que as interpretações, atualizadas no tempo “seja através da leitura crítica que recusa sua validade, seja através de sua retomada para a formação de novas hipóteses sobre o país”, prosseguem favorecendo não apenas a identificação intersubjetiva de “grupos e movimentos, como pautando normas de conduta e projetos de alcance político” (VILLAS BÔAS, 2003, p. 115).

Nesse sentido, pode-se dizer, então, que ensaios e pesquisas **interpretam** o Brasil também como parte constitutiva e constituinte da estrutura de valores e das relações de poder envolvidas nos processos ideológicos de construção do social. Significando isso, basicamente, que é preciso repensar as “interpretações do Brasil” pois, ao lado de constituírem modalidade de interpretação social, elas são também, num certo sentido, matrizes do Brasil como sociedade; cuja efetivação depende, no entanto, das forças sociais e políticas em jogo na sociedade e dos próprios portadores sociais que as realizam (BOTELHO, 2005). É por isso que uma formulação teórica que se pretende crítica, não pode desprezar como ornamental e/ou como mera falsidade qualquer forma de pensamento que ela considere conservador ou pré-científico. Nem desconsiderar a identidade ideológica presente não só na idéia do Brasil como comunidade de destino, mas também na afirmação de uma auto-imagem do brasileiro e da cultura brasileira, que dá coesão ao senso comum.

Para tanto é fundamental procurar articular analiticamente as pesquisas sobre pensamento social e político, intelectuais e cultura política. Não se trata de supor que a “cultura” – em nosso caso as interpretações do Brasil como cultura política – possa ou deva constituir uma variável autônoma das relações e processos sociais e políticos; tampouco se trata de supor o contrário, isto é, que as instituições possam se enraizar e se efetivar plenamente na sociedade de modo totalmente independente da sua dimensão cultural constitutiva (INGLEHART, 1997). Seja lá como nos coloquemos entre esses pólos extremos, é indubitável que fazem sentido os esforços teóricos feitos com a finalidade de se pensar, nos contextos das

democracias recentes, a articulação entre o ângulo institucional racional e as “condições complementares” à vigência do sistema representativo. Ou seja, cada vez mais, há um reconhecimento de que é necessário, para se compreender a performance de uma democracia determinada, levar em conta os condicionantes culturais, no sentido de se pensar a sociedade e o processo político como uma comunalidade de valores, de padrões ético-culturais capazes de unificar vontades e consciências, comportamentos e instituições. Sem essa dimensão, as instituições não se enraízam e não se efetivam plenamente, gerando-se com isso grande incerteza quanto ao processo democrático (CARVALHO, J., 2002; CARVALHO, M., 2002).

Reconhecimento ainda mais necessário quando observamos que a reflexão feita no Brasil nos últimos vinte anos levou, significativamente, a que se privilegiasse o funcionamento das instituições e seu papel na vida social de modo **quase** independente, como se os processos políticos existissem exclusivamente no âmbito sistêmico e não mantivessem nenhuma espécie de vínculo com o “mundo da vida”. Essa abordagem que, em larga medida, tem um débito para com a economia neoclássica (Habermas chega a falar em “colonização” das Ciências Sociais pela economia para explicar essa operação intelectual), tem por fundamento as escolhas e preferências de eleitores e políticos, concebidos essencialmente como calculadores, maximizadores, utilitaristas, numa palavra *rational choice*. Esse ângulo de análise, ainda que tenha contribuído para a elaboração de pesquisas preocupadas com a demonstração empírica e com a descrição dos fenômenos analisados, teve também o inconveniente de abdicar excessivamente de outras dimensões do fenômeno político que vão além do *homo economicus* e da lógica estritamente institucional (ANDREWS, 2005).

Exatamente no sentido de dar um passo na compreensão dessa problemática, além da definição “minimalista” de política, isto é, que possa incorporar não apenas os aspectos institucionais enfatizados pela pauta racional legal, mas também aquilo que Tocqueville chamava de “hábitos do coração”, é que estamos propondo retomar a discussão sobre as relações entre “interpretações do Brasil” e “cultura política” nesta apresentação. Nos artigos que compõem o dossiê os leitores certamente encontrarão elementos para uma compreensão renovada de aspectos cruciais da formação social brasileira franqueada de modo privilegiado nas diferentes interpretações de que a nossa sociedade vem e, talvez, permanecerá sendo a um só tempo **motivo** e **motivação**.

## Referências

- ALEXANDER, J. C. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Org.). *Teoria social hoje*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 23-89.
- ANDREWS, C. As *policy science* como ‘ciência’: método e reificação. *Perspectivas*: Revista de Ciências Sociais da UNESP, São Paulo, v. 27 p. 13-37, jan./jun. 2005.
- BASTOS, E. R. Pensamento social na escola sociológica paulista. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira, 1970-2002*. São Paulo: ANPOCS, Editora Sumaré; Brasília: Capes, 2002. v. 4, p. 183-230.
- BOTELHO, A. *O Brasil e os dias*: estado-nação, modernismo e rotina intelectual. Bauru: EDUSC, 2005.
- BRANDÃO, G. M. B. Linhagens do pensamento político brasileiro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p.231-269, abr./jun. 2005.
- CANDIDO, A. A sociologia no Brasil. *Enciclopédia Delta Larousse*. 2. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1964. v. IV.
- CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CARVALHO, M. A. R. de. Cultura política, capital social e a questão do déficit democrático no Brasil. In: VIANNA, L. W. (Org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002. p. 297-335.
- DOMINGUES, J. M. *Teorias sociológicas no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- FERNANDES, F. Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 25-49.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere (Introdução ao estudo da filosofia; A filosofia de Benedetto Croce)*. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.
- INGLEHART, R. *Modernization and Post modernization*: cultural, economic and political change in 43 societies. Princeton: Princeton University Press, 1997.

LAHUERTA, M. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. 1999. 271 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. Brasil, a democracia difícil: violência e irresponsabilidade cívica. *Política Democrática: Revista de Política e Cultura*, Brasília, v. 1, p. 83-96, jan./abr. 2001.

LEITE, D. M. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 3. ed. refundida e ampliada. São Paulo: Pioneira, 1976.

MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. 2. ed. revista e corrigida. São Paulo: Editora Sumaré, 2001. v. 1.

\_\_\_\_\_. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré, 1995. v. 2.

MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1980.

RAMOS, A. G. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

VIANNA, L. W. A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa. In: \_\_\_\_\_. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ, 1997. p. 173-217.

VILLAS BÔAS, G. Casa grande e terra grande, sertões e senzala: a sedução das origens. In: KOSMINSKY, E. et al. *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC; São Paulo: Editora da UNESP, 2003. p. 115-134.